

ANÁLISE COMPARATIVA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) E SUA APLICABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

COMPARATIVE ANALYSIS OF THE HUMAN DEVELOPMENT INDEX (HDI) AND ITS APPLICABILITY IN PUBLIC POLICIES

ANÁLISIS COMPARATIVO DEL ÍNDICE DE DESARROLLO HUMANO (IDH) Y SU APLICACIÓN EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

por Maria Jaqueline Silva Mandú¹, Leonardo Rodrigues Ferreira² e Sandberg Marcel Santos³

RESUMO

O presente artigo trata da análise comparativa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sua aplicabilidade nas políticas públicas, com o propósito de demonstrar a utilização do índice como ferramenta de apoio à gestão pública. O objetivo geral é identificar a relação entre o IDH e sua aplicabilidade nas políticas públicas. Para tanto, realizou-se primeiramente um levantamento do IDH dos países do mundo, com destaque para o Brasil; em seguida, pesquisou-se os indicadores dos estados brasileiros. A coleta foi estruturada a partir das seguintes bases secundárias: (PNUD, 2015) e (ATLAS BRASIL, 2019), de onde foram extraídos indicadores nas áreas de educação, de renda e de longevidade - referenciais de composição do IDH, os quais foram comparados entre o Brasil e outros países. Em adição, aplicou-se análises qualitativas aos indicadores dos estados brasileiros. Os resultados preliminares revelam várias distorções entre os países, indicando onde há concentração de riquezas e identificando os países mais pobres. Por fim, assinala-se a importância do acompanhamento do IDH como métrica de evolução dos países, estados e municípios, em que se evidencia o progresso das regiões que aportam mais recursos na área de educação, o que, consequentemente, contribui para o aumento da renda e da longevidade populacional.

Palavras-chave: IDH. Políticas Públicas. Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

This article deals with the comparative analysis of the Human Development Index (HDI) and its applicability in public policies, with the purpose of demonstrating the use of the index as a tool to support public management. The general objective is to identify the relationship between the HDI and its applicability in public policies. For this purpose, a survey of the HDI of the countries of the world was carried out, with emphasis on Brazil; then, the indicators of the Brazilian states were researched. The collection was structured based on the following secondary bases: (UNDP, 2015) and (ATLAS BRASIL, 2019), from which indicators were extracted in the areas of education, income and longevity - HDI composition benchmarks, which were compared between Brazil and other countries. In addition, qualitative analyzes were applied to the indicators of the Brazilian states. Preliminary results reveal several distortions between countries, indicating where wealth is concentrated and identifying the poorest countries. Finally, the importance of monitoring the HDI as a metric for the evolution of countries, states and municipalities is highlighted, in which the progress of regions that contribute more resources in the area of education is evidenced, which, consequently, contributes to the increase of income and population longevity.

Keywords: HDI. Public policy. Human development.

RESUMEN

Este artículo aborda el análisis comparativo del Índice de Desarrollo Humano (IDH) y su aplicabilidad en políticas públicas, con el propósito de demostrar el uso del índice como herramienta de apoyo a la gestión pública. El objetivo general es identificar la relación entre el IDH y su aplicabilidad en políticas públicas. Para eso, se realizó una encuesta del IDH de los países del mundo, con énfasis en Brasil; luego, se investigaron los indicadores de los estados brasileños.

¹ Maria Jaqueline Silva Mandú: Doutorado em andamento em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Administração pela Universidade Paulista, Graduação em Letras pela Autarquia Educacional de Serra Talhada AESET. E-mail: jaquelinesilv@hotmail.com

² Leonardo Rodrigues Ferreira. Doutorando em Ciência Política – UFPE. E-mail: lrferreira.adm@gmail.com

³ Sandberg Marcel Santos: Mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Campina Grande, Bacharelado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: sandbergms@gmail.com.

88 | ANÁLISE COMPARATIVA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) E SUA APLICABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

La colección se estructuró en base a las siguientes bases secundarias: (PNUD, 2015) y (ATLAS BRASIL, 2019), de las cuales se extrajeron indicadores en las áreas de educación, ingresos y longevidad - puntos de referencia de composición del IDH, que se compararon entre Brasil y otros países. Además, se aplicaron análisis cualitativos a los indicadores de los estados brasileños. Los resultados preliminares revelan varias distorsiones entre países, que indican dónde se concentra la riqueza e identifican a los países más pobres. Finalmente, se destaca la importancia del seguimiento del IDH como métrica de la evolución de países, estados y municipios, en la que se evidencia el avance de las regiones que aportan más recursos en el área de educación, lo que, en consecuencia, contribuye al aumento de ingresos y longevidad de la población.

Palabras clave: IDH. Política pública. Desarrollo humano.

1. INTRODUÇÃO

O que motivou a realização da construção deste artigo foi às observações sobre o porquê dos países ricos e pobres. As observações das variáveis do IDH e a condição de vida humana foram o grande desconforto para fazer comparações entre o Brasil e outros países que utilizam o IDH como indicador de desenvolvimento, destacando aqueles que utilizam o índice como indicativo para melhorar as políticas públicas que refletem diretamente na melhoria do IDH. Outro aspecto avaliado foram os estados brasileiros e sua posição no ranking do referido índice, realizou-se mensurações entre os vários estados no Brasil na perspectiva de educação, longevidade (expectativa de vida) e renda.

Diante do contexto social, econômico e político no Brasil, buscamos identificar um instrumento que venha a contribuir com a melhoria das políticas públicas governamentais, ou seja, as ações que o governo faz em benefícios dos cidadãos. A utilização do IDH na mensuração do desempenho do lugar, seja país, estado ou município serve de termômetro para avaliar a eficácia das políticas públicas.

O problema da pesquisa é como avaliar o desenvolvimento dos estados brasileiros. Para isso utilizaremos o IDH na avaliação das políticas públicas governamentais, realizando uma comparação entre várias localidades.

Temos como objetivo geral: Identificar a relação entre o IDH e sua aplicabilidade nas políticas públicas. E os objetivos específicos: Levantar os índices dos países e estados brasileiros; Comparar o IDH do Brasil com outros países e entre os estados brasileiros; Associar o IDH com as políticas públicas.

O trabalho justifica-se pela importância em conhecer o IDH que se trata de um indicador relacionado ao desenvolvimento, ou seja, quanto maior o IDH maior o desenvolvimento e quanto menor, pior é o desenvolvimento. Se faz necessário na gestão pública buscar ininterruptamente a melhora contínua desse indicador, pois assim, há uma constatação de desenvolvimento, que trata da qualidade de vida das pessoas, com as políticas públicas adequadas.

A pesquisa é relevante, pois trás contribuições empíricas, que servem de fomento para o governo, o cidadão e a academia no tocante a avaliação das atividades governamentais exitosas, que servem de modelo para várias cidades, no ponto de vista da gestão pública governamental. É importante conhecer as várias realidades e entender como e o porque os índices de determinados municípios e estados são diferentes do que outros, ou seja, o que se faz diferente para ter melhores resultados.



2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DO IDH

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi criado pela ONU (Organização das Nações Unidas) no início da década de noventa, e tem sido calculado anualmente para diversos países. Foi idealizado para servir como base empírica dos relatórios de desenvolvimento humano, responsáveis por monitorar o processo de desenvolvimento mundial.

Até o surgimento do conceito de Desenvolvimento Humano, o indicador utilizado para se medir o desenvolvimento de uma cidade, região ou nação costumava ser a medida de PIB per capita. Para garantir uma medida mais completa, o Índice de Desenvolvimento Humano foi criado, em 1990, pelos economistas Mahbub ul Haq e por Amartya Sen, laureado com um Prêmio Nobel.

O Índice de Desenvolvimento Humano procura espelhar, além da renda, mais duas características desejadas e esperadas do desenvolvimento humano: a longevidade de uma população (expressa pela sua esperança de vida ao nascer) e o grau de maturidade educacional (que é avaliado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino). A renda é calculada através do PIB real per capita, expresso em dólares e ajustado para refletir a paridade do poder de compra entre os países.

Os indicadores sociais ganham representatividade no pós-guerra. Segundo evidenciam Kayano e Caldas (2001), a construção de indicadores naquela época estava fundamentalmente direcionada a aspectos econômicos, destacando as contas nacionais e contextos macroeconômicos. A padronização do PIB per capita como referencia de desenvolvimento a partir da década de 1950 estando relacionada a alguns fatores: é um indicador utilizado por quase todos dos países; fundamenta-se numa variável de fácil compreensão; proporciona comparação entre elementos; integrar esse dado como parte integrante da metodologia de desenvolvimento, tais como o crescimento econômico e a dinâmica demográfica (Seade, 2002).

Nos anos de 1990, sob o comando inicial do economista paquistanês Mahbub ul Haq e com ênfase na capacidade de Amartya Sen, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem anunciando documentos anuais sobre os vários aspectos do “desenvolvimento humano”. Para mensurar a evolução da qualidade de vida, o documento do desenvolvimento humano apresenta um anuário de cálculo do IDH, que compara, através do tempo, as condições dos países de acordo com as três dimensões mais fundamentais do “desenvolvimento humano”. O IDH é um índice cujo objetivo é medir o grau de desenvolvimento de um país da perspectiva mais abrangente do que a relação entre o produto interno bruto e a população. Para isso, utiliza varias dimensões como, longevidade e educação, agregando meios de um processo aritmético comum.

2.2 O IDH NO MUNDO

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulga todos os anos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto que para

90 | ANÁLISE COMPARATIVA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) E SUA APLICABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

dimensionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

No IDH estão equacionados três subíndices direcionados às análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. O resultado das análises educacionais é medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Já o resultado do subíndice renda é medido pelo poder de compra da população, baseado pelo PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC). E por último, o subíndice longevidade tenta refletir as contribuições da saúde da população medida pela esperança de vida ao nascer.

O IDH tem como estrutura o progresso da relação de pessoas que habitam em uma área específica. Deste modo, parte da dedução de que, para mensurar a evolução de uma população, não se deve julgar somente o aspecto econômico, mas outros atributos como: sociais, culturais e políticas que impactam a qualidade da vida dos indivíduos (PNUD, 2020).

Por esse motivo, é por meio do diagnóstico do território feita através do IDH, assim, tem sido provável esclarecer o envolvimento dos espaços, pela tendência da mobilidade da população e das economias locais. O território, nesse contexto, passa a ser admitido e entendido para além das relações de poder quando é, também, reconhecido um domínio social, ou seja, local de atividade da cidadania (SILVA; NASCIMENTO; FREITAS, 2006).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é alcançado pela resolução do resumo dos seguintes indicadores: renda, expectativa de vida, taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de vida, e taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino, ou seja, a associação entre a população que se encontrava em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior (SILVA; NASCIMENTO; FREITAS, 2006).

Existem diferenças metodológicas entre os dois lançamentos. No cálculo de IDH-E (educação), na metodologia anterior, era composto pela taxa de alfabetização e pela média de anos de estudo. No novo atlas a média de anos de estudo foi substituída pela taxa bruta de frequência à escola nos três níveis de ensino, tornando mais semelhante ao IDH internacional. Já o IDH-R (renda): a fórmula de cálculo mudou. Antes, ela apresentava um forte redutor apenas para rendas que ultrapassavam o valor médio mundial. No novo atlas, seguindo a mudança realizada no IDH internacional em 1999, a fórmula de redução é mais suave e aplicada em todos os valores, a partir de uma função logarítmica. E por último no IDH-L (longevidade) o indicador de esperança de vida do nascer foi recalculado para todos os municípios brasileiros porque foi implementada uma atualização nos cálculos de sobrevivência-padrão.

A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.



2.3 O IDH NO BRASIL

O último relatório mostrou o Brasil com um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,755, a “nota” média para a entrada no grupo de países de “alto desenvolvimento humano”. O IDH, que vai de 0 a 1, é usado para medir e comparar o progresso social em diferentes países do mundo, e leva em conta os quesitos educação, renda e longevidade. (PNUD, 2015)

Dentro do Brasil ocorrem diferenças em relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), esse avalia as condições de vida das pessoas em nível geral ou particular, então existem regiões, estados ou municípios com maior ou menor índice de IDH. (ATLAS BRASIL, 2019)

O IDH é avaliado com base nos indicadores sociais (taxas de natalidade, mortalidade, expectativa de vida, analfabetismo, condições médico-sanitárias etc.).

Através de estudos realizados pela ONU, ficou constado que dentro do território brasileiro existem praticamente cinco países, ou seja, cinco realidades distintas.

De acordo com a tabela 2, podemos classificar o IDH no Brasil da seguinte forma, primeiro a região que compreende o sul, em sua totalidade, abrangendo ainda São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal, esses representam o melhor IDH. (PNUD, 2015)

Em segundo está a região intermediária que corresponde aos estados do Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, fazem parte ainda Minas Gerais, Goiás e Amapá.

Na terceira região estão presentes os estados de Tocantins, Pará, Amazonas, Rondônia e Roraima.

O quarto grupo, ou quarta região, é formado pelo Acre, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, e, por fim, o quinto grupo que é composto pelos estados do Maranhão, Piauí, Alagoas, Sergipe e Paraíba. O IDH desses últimos estados pode ser comparado ao dos países mais pobres do mundo, como Bangladesh e Haiti.

TABELA 01 – Ranking global dos países no IDH 2014

Ranking IDH Global	País	IDH 2014
Muito Alto Desenvolvimento Humano		
1	Noruega	0,944
2	Austrália	0,935
3	Suíça	0,930
4	Dinamarca	0,923
5	Países Baixos	0,922
6	Alemanha	0,916
6	Irlanda	0,916
8	Estados Unidos	0,915
9	Canadá	0,913
10	Nova Zelândia	0,913

92 | ANÁLISE COMPARATIVA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) E SUA APLICABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Alto Desenvolvimento Humano		
71	Venezuela (República Bolivariana da)	0,762
72	Turquia	0,761
73	Sri Lanka	0,757
74	México	0,756
75	Brasil	0,755
76	Geórgia	0,754
77	São Cristóvão e Nevis	0,752
78	Azerbaijão	0,751
79	Granada	0,750
80	Jordânia	0,748
81	Antiga República Iugoslava da Macedônia	0,747
Baixo Desenvolvimento Humano		
178	Guiné-Bissau	0,420
179	Mali	0,419
180	Moçambique	0,416
181	Serra Leoa	0,413
182	Guiné Equatorial	0,411
183	Burkina Faso	0,402
184	Burundi	0,400
185	Chade	0,392
186	Eritreia	0,391
187	República Centro Africana	0,350
188	Níger	0,348

Fonte: (PNUD, 2019)

Com base nos dados apresentados na tabela 01 observamos que o país que obtém o melhor IDH é a Noruega com um índice de 0,944 em uma escala de 0 a 1. E o pior IDH é a do Níger com um índice de 0,348. O Brasil está na posição 75 entre 188 países é considerado um IDH de Desenvolvimento Humano Alto.

Os dados obtidos a partir da metodologia aperfeiçoada apontam que, a partir de 2014, o Brasil permaneceu na média dos últimos anos no ranking do IDH (2010: 0,724; 2011: 0,730; 2012: 0,734; 2013: 0,747; 2014: 0,755; 2015: 0,754). Para medir longevidade, o PNUD usa a esperança de vida ao nascer, que no Brasil subiu de 2010: 73,9 para 75,5 anos no ano de 2015.

A decomposição do IDH mostra que o Brasil tem um subíndice de renda superior ao da América Latina, mas inferior à média mundial. Em esperança de vida, supera a média global, mas não a latino-americana. Educação é a dimensão em que o Brasil mais se aproxima dos países ricos e mais se distancia da média mundial.

A dimensão renda do IDH é avaliada pelo Produto Interno Bruto per capita, ajustado pela paridade do poder de compra (dólar PPC, método que elimina as diferenças de custo de vida



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License

entre os países). Houve queda na Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* de 2014 (15.175), quando comparada a 2013 (15.288). “O relatório mostrou que do ponto de vista da renda *per capita*, houve pequena retração e é claro que isso afeta também nosso índice de desenvolvimento humano. O país está em 75º lugar no ranking de renda, mesma da colocação no ranking do IDH geral, o Brasil fica atrás de países latino-americanos como a Argentina (40º), o Chile (42º), Uruguai (52º), Cuba (67º) e a Venezuela (71º). O primeiro lugar no *ranking* mundial é da Noruega, seguido pela Austrália e a Suíça. Em último está o Niger. (PNUD, 2015)

O IDH-M é uma modalidade, aplicada os municípios, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), formatada, metodologicamente, pela Fundação João Pinheiro e pelo Instituto de pesquisas econômicas aplicadas (Ipea) para o estudo precursor sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros em 1996. Para utilização do índice foi adaptado os cálculos para as regiões e municípios do Brasil, os indicadores representam a unidade geográfica, associada ao ano. O formato apresenta as mesmas três dimensões (Renda, Educação e Longevidade), e as fundamentais adaptações foram realizadas nos indicadores de renda e educação, com o pressuposto de que os indicadores relacionados representassem, com maior exatidão, o desenvolvimento humano da população brasileira de cada município (GUIMARÃES e DE MARTINO JANNUZZI, 2005).

É significativo enfatizar que a média do IDH do Brasil anunciado pelas Nações Unidas Internacional para o Desenvolvimento (UNDP, 2020), não corresponde com o IDH veiculado pelo Atlas Brasil (PNUD, 2020), pois a esperança de vida ao nascer em nível municipal e estadual do Atlas Brasil são informações coletadas dos censos, através de cálculo indireto utilizando uma adaptação da metodologia de Brass. Contudo o IDH utilizado pela UNDP aplica fontes internacionais que acrescenta projeções, que não tem o mesmo nível de atualização. No caso da renda, a utilizada no IDH fornecida pela UNDP, é a renda nacional bruta *per capita*, que é resultado de um cálculo indireto, obtido das contas nacionais, que também constituem indicadores como o produto interno bruto e outros indicadores macroeconômicos. Já o utilizado no IDH do Atlas Brasil examina a renda das pessoas, avaliada a partir das questões acerca de rendimentos declarado nos censos demográficos. Assim, são conceitos e fontes diferentes. Em relação à educação, todas as variáveis que constituem o IDH do Atlas Brasil são diferentes das variáveis que compõem o IDH da UNDP (PNUD, 2020). O IDH do Atlas Brasil também não reflete com a média matemática do IDH dos estados e municípios, pois avalia o tamanho (proporção) dos municípios.

2.3 O QUE O IDH APRESENTA

Anunciado pela primeira vez em 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano foi desenvolvido como um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que utiliza apenas os aspectos econômicos do desenvolvimento de um país. Com o tempo, o IDH transformou-se em padrão no mundo, quando se mensurava o bem-estar da população, enaltecendo a importância das circunstâncias do desenvolvimento dos indivíduos para medir o seu progresso. Porém em relação ao bem-estar, é necessário ficar evidente do que trata o indicador. A ONU não avalia, se os indivíduos são mais felizes em uma determinada localidade, ou se uma democracia é melhor que a outra, ou

94 | ANÁLISE COMPARATIVA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) E SUA APLICABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

indica quais os melhores lugares do mundo para se viver. O índice é construído de forma técnica, que analisa três elementos principais: a saúde da população, pela expectativa de vida quando as pessoas nascem; o aumento da escolaridade, pela média de anos de estudo que os indivíduos têm durante a vida; e o padrão de vida, avaliado pela renda e pelo poder de compra. Para que se possa comparar internacionalmente, o Pnud se norteia em dados da ONU e do Banco Mundial. É relevante salientar que, dos anos 1990 para cá, desde que esse indicador passou a ser anunciado anualmente, o Brasil melhorou muito. Entre 1990 e 2018, o índice do Brasil aumentou de 0,613 para 0,761, alta de 24,2%. Com esse ranking, o Brasil permanece no grupo que a ONU classifica como dos países que têm alto desenvolvimento humano, mesma posição da Colômbia, por exemplo, e com indicadores acima da média para a região da América Latina e Caribe. Na América do Sul, o Brasil é o 4º país com maior IDH. Chile, Argentina e Uruguai aparecem na frente (BBC BRASIL, 2020).

TABELA 02 – Ranking dos estados brasileiros no IDH 2010

Espacialidades	Esperança de vida ao nascer 2010	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
Brasil	73,94	0,727	0,739	0,816	0,637
Acre	71,63	0,663	0,671	0,777	0,559
Alagoas	70,32	0,631	0,641	0,755	0,52
Amapá	73,8	0,708	0,694	0,813	0,629
Amazonas	73,3	0,674	0,677	0,805	0,561
Bahia	71,97	0,66	0,663	0,783	0,555
Ceará	72,6	0,682	0,651	0,793	0,615
Distrito Federal	77,35	0,824	0,863	0,873	0,742
Espírito Santo	75,1	0,74	0,743	0,835	0,653
Goiás	74,6	0,735	0,742	0,827	0,646
Maranhão	70,4	0,639	0,612	0,757	0,562
Mato Grosso	74,25	0,725	0,732	0,821	0,635
Mato Grosso do Sul	74,96	0,729	0,74	0,833	0,629
Minas Gerais	75,3	0,731	0,73	0,838	0,638
Pará	72,36	0,646	0,646	0,789	0,528
Paraíba	72	0,658	0,656	0,783	0,555
Paraná	74,8	0,749	0,757	0,83	0,668
Pernambuco	72,32	0,673	0,673	0,789	0,574
Piauí	71,62	0,646	0,635	0,777	0,547
Rio de Janeiro	75,1	0,761	0,782	0,835	0,675
Rio Grande do Norte	72,52	0,684	0,678	0,792	0,597
Rio Grande do Sul	75,38	0,746	0,769	0,84	0,642
Rondônia	72,97	0,69	0,712	0,8	0,577
Roraima	73,51	0,707	0,695	0,809	0,628
Santa Catarina	76,61	0,774	0,773	0,86	0,697
São Paulo	75,69	0,783	0,789	0,845	0,719
Sergipe	71,84	0,665	0,672	0,781	0,56
Tocantins	72,56	0,699	0,69	0,793	0,624

Fonte: (ATLAS BRASIL, 2019)



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram construídos dois índices sintéticos em nível municipal: o **Índice de Desenvolvimento Humano** (IDH) e o **Índice de Condições de Vida** (ICV).

A metodologia básica adotada na construção tanto do IDH quanto do ICV segue três etapas. Na primeira, escolhe-se os indicadores utilizados e define-se como estes serão divididos entre as dimensões. O IDH baseia-se em quatro indicadores, agrupados em três dimensões, enquanto o ICV inclui 18 indicadores, dentro de cinco dimensões (PNUD, 2020).

A segunda etapa consiste em transformar os diversos indicadores em índices cujos valores variem entre **zero** e **um**, de tal forma que valores mais elevados indiquem melhores condições de vida. Obter, a partir de um indicador, um índice com estas características requer: (i) escolher o pior e o melhor valor possíveis do indicador (estes valores podem representar tanto os limites teóricos para o indicador como o intervalo de variação em que se espera que este deva recair para todos os efeitos práticos); e, (ii) com base no valor observado para o indicador e nos limites estabelecidos para ele, obter o índice através da fórmula:

$$\text{índice} = (\text{valor observado para o indicador} - \text{pior valor}) / (\text{melhor valor} - \text{pior valor})$$

Esta expressão garante que o índice permaneça sempre entre zero e um, pelo menos enquanto o valor observado pelo indicador continuar dentro dos limites estabelecidos. Assim, quanto mais o valor observado se aproximar do valor delimitado como melhor, mais o índice tenderá para o valor um (melhor situação). Na situação oposta, quando o valor observado se aproximar do pior valor, o índice tenderá para zero (pior situação).

Quanto às categorias do IDH podemos relacionar quatro descrições: IDH baixo quando o índice é abaixo de 0,500; IDH médio quando o índice está entre (0,500 e 0,799); IDH alto quando o índice está entre (0,800 e 0,899); IDH muito alto quando o índice é igual ou acima de 0,900 (PNUD, 2020).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Chamam-se políticas públicas, as ações governamentais sejam municipal, estadual ou federal, desenvolvidas para o bem estar do povo, da comunidade que situa-se naquela localidade. A implementação de políticas voltada para o bem estar social, está dentro do objetivo geral das políticas públicas, estas ações tem como principal agente o governo, é ele quem define quais os programas e ações serão desenvolvidas para melhoria da localidade. O governante é o representante do povo para administrar a localidade, a ele é incumbida à responsabilidade de gerir a economia e o desenvolvimento da localidade que representa.

Aplicando a metodologia proposta foi possível perceber quais os indicadores que precisam ser melhorados, observamos que os estados situados na região sul e sudeste do Brasil possuem os melhores indicadores. Já as regiões norte e nordeste possuem os piores indicadores, nas áreas de renda e educação podemos perceber uma correlação direta, pois ambas estão associadas, bem

como, renda e natalidade tem relação direta, porque o aspecto renda dá melhores condições em várias perspectivas.

A implementação corresponde à execução de atividades que permitem que ações sejam implementadas com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas, baseada em um diagnóstico prévio e um sistema adequado de informações.

As decisões na maioria das políticas setoriais constituem apenas inovações em relação a políticas existentes ou manutenção de políticas existentes realizando ajustes incrementais de metas, recursos e prazos de execução. (ATLAS BRASIL, 2019)

4.2 A UTILIZAÇÃO DO IDH PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Como se estruturam experiências locais de bons governos, entendidos esses como os que propiciam condições para a participação popular na produção de políticas públicas que por sua vez bloqueiem ou neutralizem a vigência de práticas predatórias na relação entre agentes públicos e cidadãos. Trata-se de esclarecer, através do exame de alguns casos, as condições para a institucionalização de práticas de gestão descentralizadas fundadas na cooperação público/privado e na instauração de mecanismos. Tendo em vista determinadas características do contexto urbano, como diferentes graus de complexidade administrativa em função de tamanho e população, características da plataforma de governo e orientação partidária das administrações municipais.

Entendendo a metodologia utilizada na formação do índice e entendendo a composição dos indicadores sociais é possível combater os aspectos mais carentes e fortalece-los, bem como, pode-se utilizar modelos exitosos de ações na políticas pública de outros estados e município, ou seja, o que eles estão fazendo para melhorar seus indicadores. É nessa perspectiva as melhores propostas para as áreas ditas estratégicas como educação tem sido replicadas por alguns governantes, melhorando a educação tem-se a médio e longo prazo melhores rendimentos per capita, longevidade, esperança ou nascer.

A utilização do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) como indicativo para alertar e publicar a situação econômica e social do país, estado ou município teve uma contribuição determinante no crescimento ou desenvolvimento regional, pois é gerada uma expectativa em volta dos indicativos do IDH e quando o resultado fica abaixo do esperado, existe toda uma pressão social voltada para a melhoria do índice que é de conhecimento de todos. Desde quando o IDH foi instituído, as regiões que estavam em péssimas condições tiveram melhoras significativas nos seus índices, porque a sociedade de certa forma faz pressão para melhoria daquela localidade, as variáveis são de acesso público e condicionante para demonstrar que houve fragilidade na administração pública, o gestor público tem preocupação em melhorar os índices porque, ele sabe que vai ser cobrado e avaliado.

No ranking educação no Brasil o estado de São Paulo aparece com o melhor indicador 0,719 e o pior é Alagoas com 0,52 já na área de renda a melhor referencia está no Distrito Federal com 0,863e o pior; no que tange a esperança de vida ao nascer o Distrito Federal se destaca com o melhor indicador 77,35 e o pior é Maranhão com 70,4; Quando a longevidade o melhor é Distrito Federal com 0,873 e o pior é Alagoas com 0,755.



A aplicabilidade do índice IDH nas políticas públicas demonstra que o gestor deve trabalhar no sentido de melhorar as variáveis que compõem o IDH, porque existem meios de acompanhar a arrecadação da localidade e como o gestor público está administrando esses recursos, que atrelado à lei de responsabilidade fiscal, a transparência e fiscalização dos órgãos responsáveis, a opinião pública que através da mídia, deixa evidente a má administração governamental, são evidências que estão alertando o gestor público, ele sabe que se utilizar das políticas públicas apropriadas e tendo como indicativo o IDH que analisa aspectos como educação, renda, saúde (longevidade) são determinantes para melhorar a qualidade de vida e consequentemente o desenvolvimento da localidade que governa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destes breves conceitos e análises, fica evidente, portanto, que o IDH é determinante para todo e qualquer gestor público situar-se em relação ao crescimento, desenvolvimento e qualidade de vida da população, e que as variáveis que compõem o IDH são determinantes para verificar a fragilidade nas áreas que são a base de qualquer sociedade organizada que busca seu desenvolvimento. Verificamos que no Brasil existem várias realidades, encontramos os três níveis de IDH – baixo, médio e alto, que expõem realidades bem diferentes no qual o IDH é adaptado para refletir melhor a realidade.

Entendemos que quando se faz políticas públicas com seriedade, juntamente com o conhecimento de algumas variáveis que compõem o IDH e se trabalha nas fragilidades e deficiências, destas variáveis, verifica-se que há uma melhoria das condições de vida do povo. E a administração pública é agente determinante na eficácia desse processo.

A relação entre o IDH com as políticas públicas, apresentam vantagens para o gestor na tomada de decisões das ações governamentais, pois, com as análises dos indicadores sociais fornecidas pelo referido índice, que medem a real situação do ambiente decisório, contribuem de maneira significativa para a escolha dos recursos e investimentos, direcionando os esforços necessários para as áreas mais sensíveis em prol do desenvolvimento.

O IDH tem contribuído para melhoria das condições de vida, pois a opinião pública através da mídia torna evidente a situação da condição humana e qualidade de vida, fazendo com que se haja uma melhoria das situações mais evidentes, o gestor público quer continuar na sua evolução política e fazer seu marketing político e vem utilizando o ranking do IDH para demonstrar a eficiência da sua administração.

6. REFERÊNCIAS

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso: 15 out. 2019.

BBC BRASIL. Os fatores econômicos que travaram melhora do Brasil no IDH. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50721823>> Acesso em: 29 maio 2020.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, 2005, 7.1: 73-90.

98 | ANÁLISE COMPARATIVA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) E SUA APLICABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

KAYANO, J.; CALDAS, E. L. Indicadores para o diálogo. São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania. EAESP/FGV, 2001.

IDH NO BRASIL. Base de Dados no Excel [Online] Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/>> Acesso: 14 out. 2019.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL [Online] Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/>> Acesso: 13 maio 2020.

PROGRAMA NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas Brasil*. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 23 maio de 2020.

SEADE. Monitoração de prioridades de desenvolvimento com equidade social. In: KEINERT, T.; KARRUZ, A. P. (Org.). Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.

SILVA, L. A. D. S.; NASCIMENTO, C. D. J.; FREITAS, N. B. *Dinâmica Territorial e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Semi-árido Baiano*: análise das Microrregiões Geográficas de Paulo Afonso e Juazeiro. Feira de Santa, BA: UEFS, 2006.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). [s.d.]. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries>>. Acesso em: 25 maio 2020.



[illegible]